COORDENAÇÃO

Marco Ginoulhiac

LUDIC ARCHITECTURE

—

A *Arquitetura lúdica*, polarizada em volta de três temas centrais: os objetos, os espaços e as experiências, questiona a tradicional visão binária que separa o *homo faber* do *homo ludens*, particularmente no âmbito da educação. Com base nessa configuração, os textos reunidos neste livro, provenientes de vários âmbitos de conhecimento, articulam um campo de estudo definido por diferentes interesses, pesquisas e experiências, em que o tema central são os processos de familiarização e aprendizagem em Arquitetura.

—

Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia

U.PORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO
CEAU

PONTEVEDRA MAIO JUNO 2018
LudAntia
I Bienal Internacional de Educación en Arquitectura para a Infancia e a Mocidade

CONCELLO DE PONTEVEDRA
DEPUTACIÓN PONTEVEDRA

ISBN 978-84-96712-55-3
9 788496 712553

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
Marco Ginoulhiac

EDITORES
Marco Ginoulhiac
Ana Neiva
Rodrigo Coelho

TÍTULO
Ludic Architecture

DESIGN
Evelin Bignotti

CAPA
©Virgínio Moutinho

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Xaniño SL, A Coruña - España

1ª EDIÇÃO: PORTO, MAIO DE 2017

ISBN (ES): 978-84-96712-55-3
Deposito Legal: C-560-2017

ISBN (PT): 978-989-8527-13-4

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO
FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Via Panorâmica s/n 4150-755 Porto – Portugal
Telefone +351 226 057 100
www.fa.up.pt

COLEXIO OFICIAL DE ARQUITECTOS DE GALICIA
Quintana 1, 2º 15704 Santiago de Compostela - A Coruña - España
Telefone +34 981 55 24 00
http://portal.coag.es

Os artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores

LUDIC ARCHITECTURE

SUMÁRIO

7 EDITORIAL

8 A FAMILIARIZAÇÃO DA ARQUITETURA
Marco Ginoulhiac

OBJETOS
–

22 DOLLS' HOUSES AND MODERN ARCHITECTURE:A CAUTIONARY TALE
Brenda Vale

32 LE JEU ET SES OBJETS
Gilles Brougère

44 CONSTRUIR AL NIÑO
Juan Bordes

70 MODERNISM ON THE TABLE
Robert Vale

84 ARCA DAS IDEIAS...(UM PERCURSO PESSOAL)
Virgínio Moutinho

ESPAÇOS
–

92 PROGRAMA DE REMODELAÇÃO DE ESCOLAS EM PORTUGAL:
A INTERVENÇÃO DA PARQUE ESCOLAR EPE
Carlos Prata

98 O LÚDICO, A PARTIR DO EFÉMERO
Diogo Aguiar

102 EXPERIMENTAL PLAYGROUNDS IN THE AGE OF MASS HOUSING
Gabriela Burkhalter

108 DESENHAR O VAZIO METROPOLITANO:
NOTAS SOBRE A DIMENSÃO LÚDICA DO ESPAÇO PÚBICO
Rodrigo Coelho

EXPERIÊNCIAS
–

120 ENTRE A CURADORIA E A EDUCAÇÃO:
PROCESSOS DE MEDIAÇÃO EM ARQUITETURA
Ana Neiva

130 ADVENTURES IN THE REALM OF TRIANGLES
Biagio Di Carlo

140 A DIMENSÃO LÚDICA NA APRENDIZAGEM
Elvira leite

150 SOMOS LO QUE PRODUCIMOS: SISTEMA LUPO, MATERIAL SENSIBLE
Fermín Blanco

162 L'UNICO GIOCO IN CITTÀ
Franco la Cecla

168 EL TERRITORIO COMO INDUCTOR DE COMUNIDADES DE APRENDIZAJE
José Luis González Fernández

188 DE LOS JUEGOS EDUCATIVOS DE FRÖBEL A LA DIDÁCTICA ESCOLAR ACTUAL
Santiago Atrio Cerezo

201 NOTAS BIOGRÁFICAS

1

2

DESENHAR O VAZIO METROPOLITANO: NOTAS SOBRE A DIMENSÃO LÚDICA DO ESPAÇO PÚBICO

Rodrigo Coelho

—

A maioria dos autores que estuda os fenómenos urbanos considera assim que os actuais processos de crescimento da cidade - baseados na dispersão, na especialização funcional e na fragmentação - levam a que a cidade perca densidade, pluralidade e mistura de funções, *não* satisfazendo critérios de integração social, cultural e espacial nos moldes em que a cidade tradicional o fazia[1].

Esta constatação está em parte ligada com a generalização da mobilidade e com a ampliação das redes de telecomunicação e informação, que se converteram em instrumentos poderosos, pela forma como moldam e estruturam a sociedade e as cidades hoje[2]. Por outro lado, segundo François Ascher, o *funcionamento em rede*, que caracteriza o mundo em que vivemos, é composto por indivíduos que se "*deslocam real ou virtualmente em universos sociais distintos*" (os mais importantes, segundo este autor, são a família, o trabalho, o lazer, a vizinhança, as organizações religiosas, etc.), e que por sua vez se articulam em diferentes configurações, formando um *hipertexto*[3]. Esta situação conduz inevitavelmente, como Ascher também explica, à redefinição das relações entre interesses individuais, colectivos e gerais, que se caracteriza hoje pela existência de laços sociais mais fracos, menos estáveis e bastante mais numerosos e variados, "*imbricados nas redes múltiplas da sociedade*"[4]. O sentimento de partilha de interesses em vários domínios entre os indivíduos é assim cada vez menor, o que por sua vez conduz ou consolida a tendência para a *individualização da vida urbana*

1 Daniel Innerarity, *El Nuevo espacio público*, Madrid: Espasa-Calpe, 2006, p. 109.

2 "(...) *o aumento exponencial da mobilidade e a diversidade de suportes físicos e organizativos dos sistemas de mobilidade - pessoas, informação, mercadorias - favorecem as relações, tanto em contextos de proximidade física (condição necessária para a aglomeração), como, sobretudo, em contextos de proximidade relacional. A combinação dos efeitos de proximidade física e relacional nos processos de urbanização altera radicalmente as vivências e a representação do espaço/tempo. Um acesso a um nó de auto-estrada funciona como um verdadeiro "buraco negro" - acelera-se o tempo, comprime-se o espaço e intensificam-se as forças gravitacionais da atracção - o que permite diversas espacialidades e temporalidades cuja representação precisaria múltiplas escalas e modos de plasmação*" Alvaro Domingues, "De la ciudad a lo urbano, la urbanização extensiva", in *La ciudad, de nuevo global* (Luciano G. Alfaya, Patricia Muñiz, ed.) Coruña: COAG, 2009 p. 40, 41.

3 Esta condição significa que nos "(...) *universos sociais em que nos movemos, cada palavra pertence simultaneamente a vários textos*" como nos explica Ascher, estabelecendo a analogia com a linguagem do *hipertexto* Idem, ibidem, p. 38. Neste sentido, como salienta Alvaro Domingues, o "estar em público" "( ) *oscila entre uma diversidade de redes de multi-pertença social, de mediatização, de confinamento local ou de globalização, ou de individualização*". "De la ciudad a lo urbano: la urbanização extensiva", in *La ciudad, de nuevo global* (Luciano G. Alfaya, Patricia Muñiz, ed.) Coruña. COAG, 2009 p. 40, 41.

4 François Ascher, *Les Nouveux Principes de l'Urbanisme*, La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2001, p. 66.
Neste contexto, na opinião de Ascher, os membros dos grupos sociais (entendidos como grupos de "appartenence" que partilham de forma mais duravel um conjunto de caracteristicas - rendimento, cultura, etc.) tendem a perder a sua importância quer objectivamente, quer subjectivamente

que, como se sabe, constitui um traço característico das sociedades ocidentais[5]. Por outro lado, estes fenómenos, na medida em que afectam a organização física do espaço urbano, têm um efeito particularmente sensível na forma segmentada como organizamos e percepcionamos a vida quotidiana.
Por esta razão, parece hoje muito mais difícil estabelecer pautas de comportamento colectivo e de uso comuns, que não estejam associadas ao consumo (ou aos consumos, entendidos sob variadas formas - desde o turismo à actividade comercial) e aos mais variados trânsitos ou fluxos que se processam na cidade. São portanto raros os momentos em que o espaço público é entendido e assumido como um suporte significativo para a interacção social prolongada e sistemática.
Esta condição pós-urbana do espaço público, ligada a uma apropriação individual, funcional e circunstancial do espaço público, parece pois ganhar na cidade actual, um peso crescente no confronto com os valores morfológicos, éticos, culturais, sociais, religiosos e políticos do passado, onde o respeito e a vontade de conservação e de expressão da memória colectiva se inscreviam inquestionavelmente na forma urbana da cidade (e se traduziam na identificação dos seus habitantes com o espaço público e com os lugares).

CONSTRUIR OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE EXCEPÇÃO NO CONTEXTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: O PARADIGMA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO "ESPAÇO LÚDICO"

Face ao cenário que acabámos de descrever, julgamos que se pode questionar, que papel cabe aos arquitectos e como se poderá construir a (nova) imagem pública da (nova) cidade? quais são os novos espaços de contacto (na acepção de Françoise Choay) e os lugares emblemáticos agregadores de uma suposta identidade múltipla?
Falamos dos espaços públicos que *coagulam* a vida nas cidades, que estruturam e magnetizam a sua vivência colectiva, ou seja, espaços que no passado se afirmavam como "os lugares da cidade" em que a sociedade se revia, se media, se confrontava e se referenciava. Ou, por outras palavras, referimo-nos aos possíveis espaços de encontro colectivo, cujo papel pode ser comparável ao que algumas ruas, a maioria das praças e outros espaços programados, como jardins e parques, cumpriam na cidade tradicional, correspondendo basicamente aos pontos de concentração e de atracção e do reconhecimento de uma possível identidade colectiva à escala metropolitana.
Tomando em linha de conta a os actuais "processos" e os "tempos" de construção da cidade, e as dificuldades em identificar e considerar no contexto sócio-cultural actual os anseios, os valores e uma identidade comum, capazes de representar as actuais sociedades urbanas, o significado colectivo do lugar público na cidade contemporânea apenas parece ganhar alguma relevância quando considerado na sua dimensão lúdica, associado ao lazer e ao usufruto saudável da vida ao livre.
Esta vocação (quase exclusivamente) lúdica que mais recentemente o espaço público adquiriu, intensificou-se (como é sabido) na segunda metade do século XX, com a "democratização" do bem-estar, com o aumento do tempo livre e de espaços para o ócio, reivindicados pelas sociedades democráticas ocidentais[6]. Nas últimas duas décadas, esta reivindicação reforçou-se com a criação de mais e maiores espaços públicos

5 Idem, ibidem, p. 64.

6 Sobre este tema, ver: Ken Worpole, *Here comes the sun. Architecture and Public Space in Twentieth-Century European Culture*, London Reaktion, 2000

para o lazer, tornando-se a *dimensão lúdica* num dos tópicos essenciais da discussão sobre o espaço público. Por esta razão, considerando os tipos históricos de espaço público, o parque urbano é aquele que, no contexto actual, a maioria dos cidadãos associa à ideia de espaço público.
Por outro lado, a (aparente) ausência de referências e de valores colectivos comuns, o desinteresse e desconfiança que a noção de espaço público e a noção de urbanidade suscitam, tem vindo a ser *compensada* pela recente reconsideração, por parte das sociedades ocidentais, da relação entre *Homem e Natureza*, com vista ao restabelecimento de uma relação lúdica com o meio natural[7].
A busca de uma relação harmónica com a natureza, constitui-se assim, sem dúvida, como a base fundamental para a formulação de um novo paradigma - o *paradigma ecológico e ambiental* - no reconhecimento e configuração dos lugares públicos da cidade contemporânea. Ao assumir-se esta concepção, em que o lugar público é reconhecido e valorizado essencialmente como espaço verde programado para o ócio e o lazer, em íntima relação com a natureza, estamos portanto mais próximos de um modelo de construção de lugares públicos, que nos remete para a "noção paisagística do espaço público[8].
Cumpre-se deste modo o princípio teórico que Le Corbusier defendeu, quando reclamava a concepção da cidade como um *parque verde*, imaginando o espaço público como um *tapete (verde) contínuo* - aberto e fluido - constituído por sol e espaço.
Mas se é verdade que a vida urbana colectiva se torna mais fluida e indeterminada (e que as sociedades urbanas parecem reivindicar formas mais abertas e expandidas de espaço público) e num momento em que e que a escala da cidade se dilata, a questão central estará em saber como podemos contrariar a sobrevalorização ou utilização "deturpada" de valores, conceitos ou slogans tidos como politicamente correctos como a "ecologia" e o "ambiental" e a "sustentabilidade"?
Como poderemos, ou deveremos, enquanto arquitectos, construir espaço público vinculado a domínio público efectivo e um uso social colectivo e multifuncional, que o convertam num factor de centralidade e de visibilidade, capaz de estimular a identificação simbólica e lúdica, mas também a expressão e a integração culturais?

A GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE EXCEPÇÃO E A REDESCOBERTA DAS FRENTES URBANAS DE ÁGUA COMO ESPAÇO LÚDICO

Como observa Carlos Martí, a análise da história das cidades, e especificamente, *das razões que presidem à sua origem e desenvolvimento*, permite-nos reconhecer que a cidade se constrói e consolida, em diálogo com a natureza e com os elementos

7 Reconsideração que resulta, como observa François Ascher, da consciência do desequilíbrio e carácter destrutivo com que nas últimas décadas foi *gerida* a relação entre o Homem e a Natureza (e que se pode observar também na relação do homem com o património histórico)..

8 Como nos explica Ignasi de Solà-Morales, este princípio de concepção pressupõe uma relação muito mais individualizada e subjectiva, que se traduz numa experiência (paisagística) da cidade e do espaço (urbano) que surge e se acentua sobretudo a partir da cidade ilustrada (reforçando-se com o aparecimento do paisagismo como disciplina no século XIX), baseada numa abordagem mais livre e informal por parte do observador, herdeira da tradição "pitoresca" que consiste no "*exercício* estético *de olhar desde fora*" Ignasi de Solà-Morales, "Paisajes" in *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003, p. 154.

geográficos mais determinantes: o rio, o mar, a baía, a península, o vale, etc.; acrescentando Martí que, se existe algo de permanente na cidade, é a presença de lugares que, sendo profundamente urbanos, manifestam simultaneamente um "*vínculo forte com a geografia*"[9].

Seguindo estas observações de Carlos Martí, julgamos também que será a partir da geografia, enquanto facto físico concreto (e não partindo de uma abordagem puramente paisagística, *visualista* ou ecológica) e na relação entre o espaço público e os seus elementos naturais mais importantes, onde poderemos encontrar a identidade e o papel a reservar aos lugares públicos (de excepção) no contexto da cidade presente e futura.

Sabemos contudo que estes "novos espaços públicos" (de excepção), na maioria dos casos, não são os espaços urbanos complexos e densos, espacial e urbanisticamente bem caracterizados e articulados que herdámos da cidade dita tradicional (como a rua ou a praça). No entanto, regressando aos argumentos de Martí, pressentimos que os espaços públicos da cidade futura também se poderão construir em lugares onde, à semelhança do passado, a natureza será capaz de se projectar, uma vez mais, como parte integrante do desenvolvimento e estruturação da cidade.

Como também admitimos que nestes espaços se poderá porventura construir ou consubstanciar uma "outra monumentalidade metropolitana" no que à consideração dos lugares públicos diz respeito. Uma "outra monumentalidade" e um outro carácter lúdico que porventura não se fundarão sobre uma caracterização (arquitectónica e urbanística) e em *princípios de construção da forma* tão sólidos como os do passado, mas que no interior da sua condição de vazio excepcional - que se "*desentranha da geografia*"[10] - se poderão encontrar, novamente, os elementos que garantem a perenidade, legibilidade e significado dos lugares públicos no contexto da cidade actual.

Ou seja, talvez se trate de uma *espacialidade* metropolitana entendida como um cenário potenciador de diferentes exigências recreativas, de encontro e de representação que a sociedade reivindica e que pode ser apreciada em algumas realizações recentes. Esta conjugação de desígnios e temas para o projecto do *espaço público de excepção*, julgamos estar presente em algumas intervenções em "frentes" de mar e de rio que, de resto, têm constituído um dos vectores mais importantes no que diz respeito à criação ou requalificação de "espaço público" na cidade contemporânea.

Sendo distintos e variados os temas, os problemas e as soluções que têm sido encon-

9 Carlos Martí Aris, "Lugares Publicos en la Naturaleza" in *La Cimbra y el Arco* Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005, p. 56.

10 Carlos Martí, "La Construcción de los Lugares Públicos. Notas para una Etimología de la Forma Urbana", in Arquitectos nº 152, p. 56.

11 De entre os vários autores e publicações disponíveis sobre o tema da reconversão de frentes de água de zonas portuárias desactivadas, destacamos as seguintes. Ann Breen; Dick Rigby, *The New Waterfront: A Worldwide Urban Success Story*, Singapore: T&H, 1996; Rinio Bruttomesso (ed), *Waterfronts - a New Frontier for Cities on Water*, Città d'Acqua - International Center, Venezia, 1990; Joan Busquets *et al*, *Plan Estratégico de Antiguo Porto Madero*, Buenos Aires: CEA, 1990; Joaquin Casariego, *Waterfronts de Nuevo: Transformationes en Frentes Urbanas de Agua*, Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, Concejaria de Urbanismo, 1999; Claude Prelorenzo, *Aménager les Bords de l'eau, Plan Construction et Architecture*, Paris: Ministère du Logement, 1994, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, *Cidades e frentes de água*, Porto: Faup publicações, 1998.

tradas no amplo espectro de experiências que se têm desenvolvido sobre a temática dos *waterfronts*, parece ser inegável a adesão por parte dos cidadãos a estes espaços renovados, bem como o interesse que tem suscitado os projectos e operações de reconversão portuária, motivando, como se sabe, inúmeros estudos e publicações temáticas[11].

Seja qual for o tipo, a escala ou a estratégia de intervenção seguidas, assistimos, a partir da década de 70 do século XX, a uma mudança de entendimento e de valorização da presença da água no contexto da cidade[12], generalizando-se o seu uso como elemento lúdico e de *monumentalização* e como *componente activo da transformação urbana*[13].

Assumindo que as frentes de água representam, em larga medida, os (novos) espaços públicos lúdicos e de excepção que configuram a cidade contemporânea, e tratando-se de espaços centrais, de grande valor fundiário (e, como refere Nuno Portas, sujeitos a um rápido incremento de hábitos das novas classes médias urbanas ligados ao consumo e ao ócio[14]), torna-se ainda mais decisivo, nestes casos, determinar o carácter do seu programa, a sua forma e o seu papel urbano, visando um equilíbrio que nem sempre se tem conseguido atingir (sobretudo em termos dos usos e da própria qualidade do desenho dos seus espaços públicos).

Várias são portanto as questões ou problemas que o projecto de requalificação, re-urbanização ou renaturalização de espaço público em frentes de água tem de integrar. O problema central (que de forma geral se coloca a qualquer projecto urbano ou projecto de espaço público, mas nestes casos julgamos se tornar ainda mais vital e difícil) estará exactamente na necessidade de integração de diferentes questões, que em muitos casos se revelam contraditórias e de difícil equilíbrio.

O primeiro e porventura mais importante desafio que se coloca ao projecto estará justamente em ser capaz de intervir nestes locais (por norma de grande valor ambiental, paisagístico ou patrimonial) tendo em conta as características morfológicas, geográficas e urbanas. A atenção ao suporte físico e geográfico, a relação com os elementos naturais de referência, tende a afirmar-se como o problema central que, a nosso ver, deve anteceder e influenciar as opções quanto ao carácter do programa e conteúdos de uso.

Ainda antecedendo a questão do desenho urbano, ou do desenho do espaço público,

12 Como observa Nuno Portas, o denominador comum a estes projectos é a "(...) *regeneração de franjas de margens aquáticas*, que se transformam *em ofertas interessantes para o turismo ou ócio dos cidadãos, equipamentos, e excepcionalmente para habitação e actividades características do terciário superior*". Nuno Portas, "Los waterfronts contemporáneos. Una reflexión sobre políticas, procesos y espacios", in *El Espacio Litoral* (Luciano Alfaya, Patricia Muñoz ed.), Galicia: COAC (Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia), 2008, p. 23.

13 Por esta razão, como observa Nuno Portas, pode falar-se, com alguma segurança, da emergência de uma verdadeira *cultura do waterfront*. Nuno Portas, *Considerações sobre Transformações Recentes em Frentes de Água*, Prémio Sir Patrick Abercrombie, Prize UIA 2005 (Ana Vaz Milheiro, João Afonso ed.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006, p. 88.
Podemos destacar a este propósito o edifício da Ópera de Oslo (da autoria do atelier Snohetta, concluído em 2008) como um caso recente revelador da importância e do impacto urbano que o tema da água tem vindo a adquirir na concepção integrada de equipamentos colectivos e espaço público.

14 Nuno Portas, *Considerações sobre Transformações Recentes em Frentes de Água*, Prémio Sir Patrick Abercrombie, Prize UIA 2005 (Ana Vaz Milheiro, João Afonso ed.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006, p. 88.

a segunda questão que julgamos vital ter em conta diz respeito à forma como devem ser programados estes espaços[15].
Ao abrir as frentes de água ao "uso público", para além da sempre desejada diversidade de usos e de actividades que se podem desenvolver nestes sectores urbanos, o desafio está em conseguir evitar o excessivo predomínio de actividades *mono-temáticas* (normalmente ligadas à "economia simbólica" e ao turismo), que acabam por criar enclaves, inviabilizando uma *contaminação positiva* da cidade envolvente.
Do ponto de vista do projecto, a prioridade, ou se quisermos o *desígnio* principal, deve estar sempre e inequivocamente ligada à afirmação destes espaços como "vazios significativos" (e estratégicos), abertos à apropriação colectiva, cujo principal atributo deve ser reconhecido nas suas qualidades espaciais, paisagísticas e lúdicas.

A PROPOSTA DE MANUEL DE SOLÀ-MORALES PARA A FRENTE MARÍTIMA DO PARQUE DA CIDADE, NO PORTO: A TOPOGRAFIA MARÍTIMA COMO ESPAÇO LÚDICO

Em Portugal, assistimos nos últimos 10 anos, a uma inusitada quantidade de projectos de espaço público em frentes de água (sobretudo no âmbito do *Programa Polis*), que reflectem exactamente a tendência verificada nas décadas de 80 e 90 no resto da Europa (ainda que numa escala menor).
No espaço português, porventura uma das realizações de espaço público que melhor foi capaz de interpretar com mais interesse e perspicácia esta mudança de paradigma que afirma a geografia e a natureza como elemento qualificador e estruturador para o desenho do espaço público, sublinhando simultaneamente a sua dimensão, é sem dúvida o projecto da frente marítima do Parque da Cidade no Porto (da autoria de Manuel de Solà-Morales, projectado e realizado entre 1999-2002).
Julgamos que, por um lado, este exemplo se distancia na abordagem e nos resultados, quer dos grandes projectos de reconversão observados nas principais cidades portuárias[16], quer das operações de requalificação ambiental ocorridas em zonas litorais protegidas (essencialmente de pendor paisagístico ou ecológico). Este facto deve-se ao modo particularmente incisivo como se é capaz de fazer inter-agir no projecto, simultaneamente e de forma articulada, os aspectos de ordem urbana, arquitectónica, infra-estrutural e geográfica que condicionam, talvez mais do que nunca, a construção do espaço público na cidade actual, e que este projecto toma em consideração para a reestruturação profunda de um sector da cidade do Porto.
Não tendo tido seguimento vários projetos e planos anteriormente elaborados, Manuel de Solà-Morales é convidado em 1998 para realizar um estudo para a Frente Marítima do Parque da Cidade, cuja principal premissa foi potenciar a criação de uma "frente urbana" (liberta de construções), com carácter lúdico, destinada sobretudo ao lazer e à estadia.

15 Como observa Nuno Grande, a relação entre as cidades e as suas frentes de água já não se devem centrar num problema de "(...) *design urbano (de composição de espaços e equipamentos num determinado território), mas sim de um problema de designio, ou seja, de um problema de coerência programática*" Nuno Grande, "Espaço público em *waterfronts*: entre o design e o designio urbano" in *Design de espaço público: deslocação e proximidade* (Pedro Brandão, Antoni Remesar ed.), Lisboa. Centro Português de Design, 2003, p. 120.

16 Referimo-nos a operações de grande escala e desenvolvidas com fins marcadamente comerciais e turísticos, em zonas centrais de grande valor fundiário, como é o caso das primeira geração de *waterfronts* recuperados. Para isso, bastará analisar os modelos pioneiros dos anos 60, como Baltimore e Boston, fortemente orientados para o turismo e para as funções comerciais, aos quais se seguiram nos anos 80 os casos de Sidney e Londres (2ª geração) cuja marca principal foi a presença dominante de capitais privados e de uma forte componente imobiliária.

O reconhecimento do carácter aberto e excepcional deste lugar, marcado pela presença do *grande vazio* do Parque da Cidade, entendido como parte essencial na definição da continuidade pretendida entre *o mar e o verde* do Parque (passível de ser usado colectivamente pelos habitantes), constitui sem dúvida, o *momento fundador* e a afirmação fundamental da resposta ao problema que se colocava.
A proposta construída assenta, por outro lado, na valorização efectiva de uma (nova) escala da *frente litoral*, bem como no reconhecimento nas mais variadas dimensões - paisagística, urbana, topográfica, etc. - do carácter excepcional deste sector urbano, onde a cidade encontra o mar.
Este facto, traduz-se em termos de princípio geral de *definição da forma urbana*, como refere Manuel de Solà-Morales, na tentativa de introdução, como o próprio autor salienta, de uma "(...) *outra escala de experiência da costa, que procura o reconhecimento de coisas menores do terreno* (...)".[18]
Estamos assim perante uma forma distinta de entender os componentes que conformam o espaço (público) urbano - eminentemente geográfica mas também lúdica - que neste caso, no entender de Manuel de Solà-Morales, dispensa uma *intervenção pesada*. No lugar de edifícios, ruas e árvores, a terra e a água são os principais materiais com os quais o projecto procura trabalhar, aceitando que a articulação destes materiais paisagísticos, topográficos, podem concorrer para a construção de um lugar público singular, que Solà-Morales designa por *topografia cívica*[19].
Neste sentido o espaço público projectado é entendido como um sistema espacial aberto: verdadeiramente conectivo e integrador das diferentes experiências, escalas e situações que se podem encontrar ao longo deste tramo de cidade, "*transformando-o num novo âmbito paisagístico e recreativo*"[20].
É justamente na "(...) *afirmação fundamental sobre a co-existência de peças de pequeno tamanho, próximas de um uso da costa (passeio repouso, banho, contemplação), e de formas urbanísticas de grande escala: as vias de circulação que*

> "A convicção de que a forma da geografia urbana é a razão mais importante para configurar um espaço livre, e que neste lugar concorrem circunstâncias topográficas e paisagísticas específicas é que conduziu metodologicamente o progresso da ideia e a definição sucessiva dos seus elementos"[17].

17 *Viver o Porto. Programa Polis. Plano Estratégico da Frente Marítima da Cidade do Porto*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território. Porto 2001, 2000, p. 27

18 Manuel de Sola Morales, *De cosas urbanas*, Barcelona: Gustavo Gili, 2008, p. 46.

19 Idem, ibidem, p. 46.

20 Idem, ibidem, p. 46.

atravessam a zona"[21], conjugadas com os princípios de projecto atrás referidos, que julgamos residir a principal virtude e a qualidade do projecto do espaço público da Frente Marítima do Parque da Cidade. Assim, o projecto procura integrar e considerar *as muitas raízes que o lugar contém*[22], permitindo a afirmação deste espaço não tanto "*como uma reserva natural*", mas como um espaço público enquanto "(...) *produto da elaboração e da actividade humana, (...) transformando-o num novo âmbito paisagístico e recreativo*"[23].
Nesta medida, o princípio de desenho adoptado remete-nos, em certo sentido, para uma concepção paisagística fundada na tradição pitoresca do século XVIII, onde se produz a decomposição de uma visão unitária e *globalizadora* da cidade e da costa, à qual se contrapõe, por regra, uma sucessão articulada de espaços e percursos que procuram valorizar a presença de escalas, formas e elementos pré-existentes e episódios distintos reconhecíveis no local.
Esta intenção é visível, por exemplo, na proposta de reintegração de dois fragmentos de um anterior muro de suporte (do aterro pré-existente), cuja presença não só adquire uma plasticidade evidente, como contribui também para o equilíbrio do conjunto. Estes elementos contendo uma inequívoca carga simbólica e dimensão poética (tornando reconhecível a memória do lugar, pela forma como aludem ao carácter agreste do local, palco de vários naufrágios), transformam-se simultaneamente em elementos tectónicos e de contemplação privilegiados.

Em síntese julgamos que, no âmbito do estudo e discussão em torno do projecto do espaço público, o interesse desta intervenção reside na aproximação abrangente que realiza ao problema da materialização do espaço aberto, ao tomar a realidade pré-existente como *material em aberto*, disponível para uma apropriação lúdica da cidade e do espaço público.
Esta aproximação traduz-se numa interpretação "dilatada" no tempo e no espaço, que procura na *matéria urbana* e *não urbana existente* - nos valores do sítio - as razões para o desenho do espaço público que propõe.
A abordagem ao problema de projecto faz inter-agir diferentes escalas e questões de natureza distinta, que parecem conviver no interior de um "processo de criação" e no desenvolvimento de uma *ideia de projecto*, que obriga um difícil e exigente equilíbrio entre factores de diferente natureza, traduzindo-se no final numa proposta de síntese coerente e equilibrada, que não nega, nem esconde, as muitas *raízes* que "afloram" à superfície de uma realidade que Manuel de Solà-Morales utiliza como matéria de projecto.
Deste confronto e compromisso com a realidade urbana existente (num território sem regras muito claras), a intervenção realizada sobre o espaço público resulta assim numa proposta consistente e potenciadora de transformações importantes, com desígnios urbanos claros, onde, através de gestos claros e *refundadores*, se intervém sem o desejo de impor uma lógica totalizadora ou redutora das qualidades do sítio. Aqui, pelo contrário, a partir do desenho do espaço público, procura-se um encadeamento e apropriação *lúdica* e fluida dos espaços, sem que para isso as formas e os espaços urbanos propostos se convertam em elementos desligados de uma realidade urbana.
Existe evidentemente uma vontade de ordenar, criar e articular espaços e experiências, e de atribuir diferentes qualidades, escalas e sentidos de uso aos espaços, mas o mais importante parece ser a qualidade que estas experiências urbanas podem oferecer, e a forma como se podem encadear.
Como é facilmente compreensível, uma abordagem deste tipo, que se confronta e se abre aos vários níveis de significado e de complexidade e à multiplicidade heterogénea da realidade urbana, exige um difícil e rigoroso controlo das formas urbanas que propõe e uma enorme clareza na definição dos objectivos e dos critérios de desenho e concepção do espaço público, sob pena de perder a legibilidade e a vocação estruturadora, necessárias a qualquer espaço urbano.

21 Manuel de Solà-Morales, *De cosas urbanas*, Barcelona: Gustavo Gili, 2008, p. 46-47

22 Expressão utilizada por Manuel de Solà-Morales em conversa tida em Janeiro de 2009 em Barcelona

23 Manuel de Solà-Morales, *De cosas urbanas*, Barcelona: Gustavo Gili, 2008, p. 46

Elenco das imagens | referências

p. 108
1 | Peine de los vientos, San Sebastian (Peña Ganchegui, Eduardo Chillida 1975-1977).
2 | Frente Marítima do Parque da Cidade, Porto (Manuel de Solà-Morales, 1999-2002).

ASCHER, François. *Les Nouveux Principes de l'Urbanisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2001.

Domingues A. (2009) "De la ciudad a lo urbano: la urbanização extensiva", in *La ciudad, de nuevo global* (Luciano G. Alfaya, Patricia Muñiz, ed.). Coruña: COAG. p. 39, 49.

Grande N. (2000,) "Espaço Público em Waterfronts: Entre o Design e o Desígnio Urbano" in *O espaço público e a interdisciplinaridade* (Pedro Brandão, A. Remesar ed.). Lisboa: CPD, p.119-123.

Innerarity D. (2006) *El Nuevo espacio público*. Madrid: Espasa-Calpe.

Martí aris C. (2005) "Lugares Públicos en la Naturaleza" in *La Cimbra y el Arco*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, p. 55-72.

Martí aris C. "La Construcción de los Lugares Públicos, Notas para una Etimologia de la Forma Urbana", in *Arquitectos*. Nº 152, Información del Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España nº 99/4, V Bienal de Arquitectura Española, p. 52-57.

Portas N. (2008) "Los waterfronts contemporáneos. Una reflexión sobre políticas, procesos y espacios" in *El Espacio Litoral* (Luciano Alfaya; Patricia Muñoz ed.). Galicia: COAC (Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia), p. 22-35.

Portas N. (2006) *Considerações sobre Transformações Recentes em Frentes de Água*, Prémio Sir Patrick Abercrombie, Prize UIA 2005 (Ana Vaz Milheiro, João Afonso ed.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos. p. 88-93.

Solà-morales I. (2003) "Paisajes" in *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, p.152-161.

Solà-morales M.(2008) *De cosas urbanas*. Barcelona: Gustavo Gili.

Viver o Porto, Programa Polis, Plano Estratégico da Frente Marítima da Cidade do Porto. Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território; Porto 2001, 2000.